

Guia dos Pais Sobre Educação Especial



UMA PUBLICAÇÃO CONJUNTA DA
Federação para Crianças com Necessidades Especiais e do
Departamento de Educação de Massachusetts



Guia dos Pais Sobre Educação Especial Portuguese

UMA PUBLICAÇÃO CONJUNTA DA
Federação para Crianças com Necessidades Especiais e do
Departamento de Educação de Massachusetts



Os direitos autorais das informações contidas neste guia são de uso público. Os leitores são encorajados a copiar e a partilhar estas informações, desde que, por favor, sejam dados os créditos aos publicadores, a Federação para Crianças com Necessidades Especiais e ao Departamento de Educação de Massachusetts.

Tradução para o português por J. Nilson Melo e editada e revisada por Sandy Blanes da Federação para as Crianças com Necessidades Especiais.

Reconhecimentos

O Projeto de Informação para os Pais (The Parent Information Project) é um projeto estadual de treinamento e disseminação de informações, localizado na Federação para Crianças com Necessidades Especiais (FCSN), com fundos do Departamento de Educação de Massachusetts, Secretaria de Serviços Especiais. O intento do projeto é elevar o envolvimento dos pais de crianças com necessidades especiais quanto à sua educação, desenvolvimento e transição para a vida adulta.

A Federação para Crianças com Necessidades Especiais é uma organização sem fins lucrativos, que tem como base a filosofia de pais auxiliando pais. Fundada em 1974 como uma coalizão de doze organizações de pais e de portadores de deficiência, hoje a Federação é uma organização independente de defesa, compromissada com uma educação de qualidade e da assistência de saúde para todos, e com a proteção dos direitos das crianças. Para este fim, a Federação fornece informações, apoio e assistência aos pais de crianças portadoras de deficiências, suas organizações, seus parceiros profissionais e suas comunidades.

O Departamento de Educação de Massachusetts e a Federação para Crianças com Necessidades Especiais têm trabalhado em colaboração para criar um produto que muito servirá aos pais, em sua necessidade de colher informações com respeito aos serviços de educação especial. As duas agências não concordam, necessariamente, com todas as interpretações políticas e regulamentares; contudo, estamos de acordo que é importante que os pais tenham a mais apurada e actualizada informação disponível, para que possam, assim, trabalhar como parceiros em pé de igualdade, junto ao sistema escolar, na tomada de decisão sobre educação especial.

O Projeto para a Informação dos Pais gostaria de prestar o seu reconhecimento a K. Nummi Nummerdor, Margaret Marotta Smith, Richard Robison, Marty Mittnacht, Katherine Honey e Kristen McIntosh por sua assistência e apoio contínuos na publicação deste manual.

Queridos Pais:

Se você está lendo o “Guia dos Pais Sobre Educação Especial”, é provável que você tenha algumas preocupações sobre o desempenho de seu filho na escola. Você deve estar se perguntando se ele tem alguma deficiência e precisa de educação especial, ou você até já saiba que ele ou ela realmente precisa de educação especial e quer, portanto, saber mais sobre o processo. O propósito deste Guia é explicar o processo de educação especial para que você—caso o seu filho ou filha receba ou venha a receber os serviços de educação especial—possa lidar de uma maneira eficaz com a escola, como um membro da Junta de educação especial de sua criança.

A função da educação especial é atender às necessidades únicas de uma criança, em decorrência de uma deficiência, assegurando que os alunos portadores de deficiência recebam todo o auxílio e os serviços necessários. A função das leis e regulamentos da educação especial é proteger ao aluno portador de deficiência e garantir que ele ou ela obtenha os serviços e a assistência que possam ser necessários para que se tenha um progresso efetivo. As leis, assim como os regulamentos, são muito complexos. Esperamos que este Guia seja útil para você entender os conceitos básicos das leis e para tornar-se um participante eficaz no processo de educação especial.

Por mais de 25 anos, a Federação para Crianças com Necessidades Especiais (Federação) tem sido uma organização conduzida por pais, fornecendo treinamento e assistência especializada para as famílias que têm crianças com necessidades especiais. O Departamento de Educação de Massachusetts (DOE) tem supervisionado a responsabilidade das escolas públicas, buscando garantir práticas educacionais idôneas e eficientes aos alunos de toda a Comunidade do estado. Através de um esforço conjunto, o DOE e a Federação desenvolveram o “Guia dos Pais Sobre Educação Especial” para fornecer dados sobre o processo de educação especial. As pesquisas, a história e a experiência nos diz que, quando os pais estão activamente envolvidos na educação de seus filhos, estes se desempenham melhor na escola. Esperamos que este Guia ajude a torná-lo um membro informado da Junta de educação especial de sua criança, de maneira que ela tenha a melhor oportunidade possível de aprender e de gostar da escola.

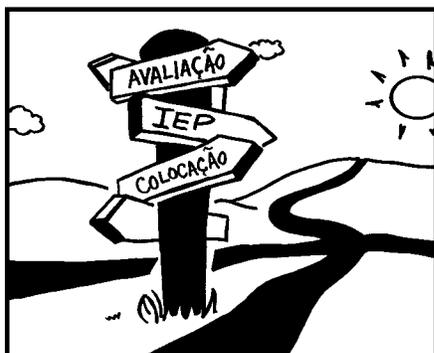
Sinceramente,



Marcia Mitnacht
Directora de Educação Especial do Estado
Departamento de Educação de Massachusetts



Richard J. Robison
Director Executivo
Federação para Crianças com Necessidades Especiais



Índice (e perguntas mais freqüentes)

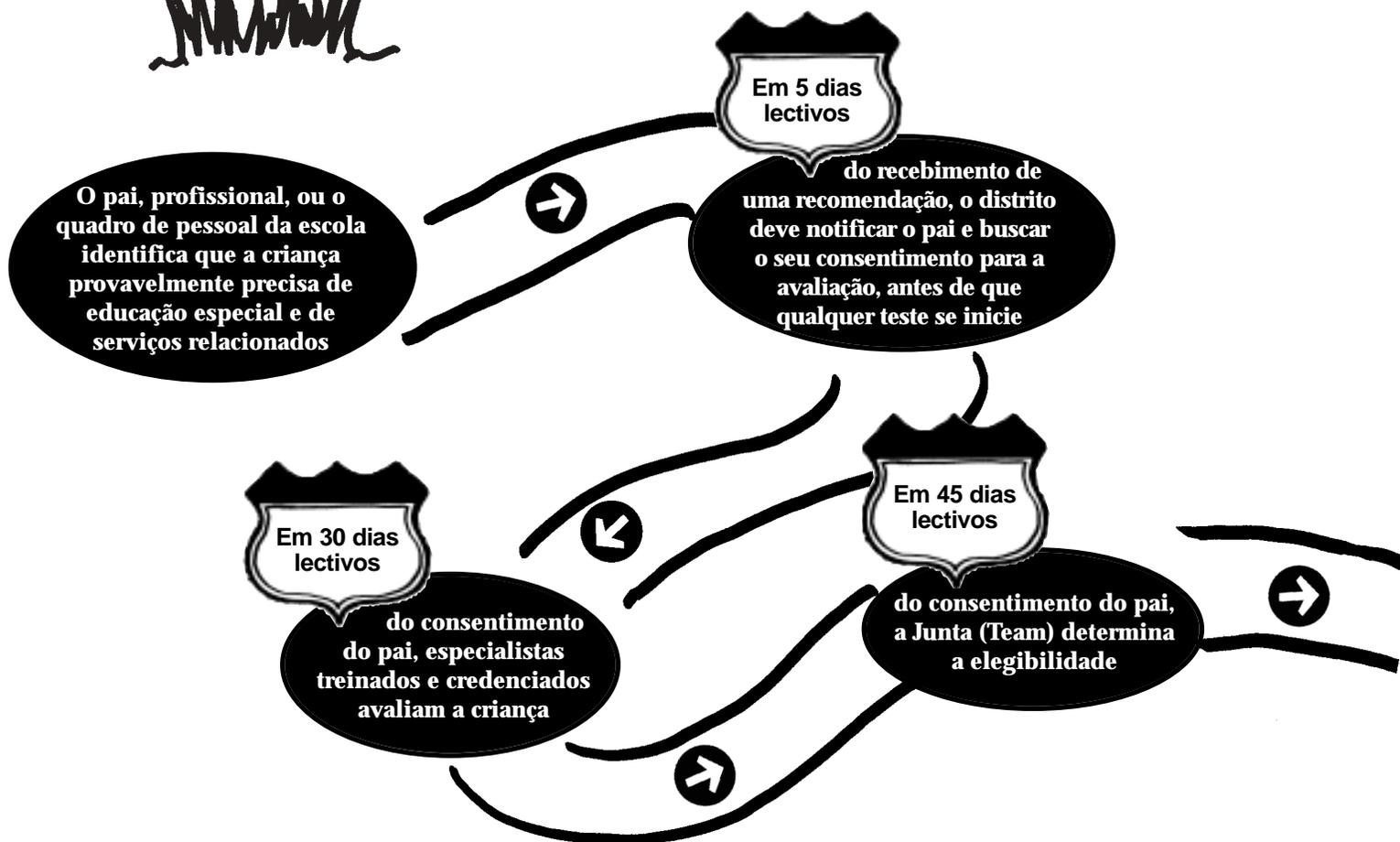
Entendendo o Processo de Educação Especial — Síntese	6
Introdução	8
Leis e Princípios da Educação Especial	8
Quais são as leis básicas da educação especial?	9
Quais são os princípios fundamentais das leis de educação especial?	9
 Participação do Pai e do Aluno	10
Qual é o papel dos pais no processo de educação especial?	10
O meu filho tem o direito de comparecer às reuniões ou de falar alguma coisa no processo de educação especial?	10
O que é o Conselho de Pais?	10
 Avaliação Apropriada	11
O que devo fazer se meu filho está com problemas na escola?	11
Minha escola quer fornecer os “Apoios Instrutivos” (Instructional Supports) antes de fazer uma recomendação para a educação especial. O que isto significa?	11
Como é que eu faço uma recomendação para uma avaliação de educação especial?	12
O que é uma conferência pré-avaliatória?	13
O que devo esperar como parte do processo de avaliação?	13
Quem pode ver as informações da avaliação?	14
Quanto tempo dura o processo de avaliação?	14
O que significa o termo “Junta” (Team)?	14
Qual é o papel da Junta na determinação da elegibilidade para a educação especial?	15
O que é uma reavaliação de 3 anos? Ela é obrigatória?	16
Há necessidade de uma reavaliação se o distrito escolar “retirar” minha criança da educação especial?	17
O que é uma “Avaliação Educacional Independente”?	17
Quem paga por um avaliador independente?	17
Como são usadas as informações de uma IEE?	19
 Programa de Educação Individualizado (IEP)	20
Como posso estar certo de que minhas preocupações são parte do processo do IEP?	20
O IEP determina as matérias e as habilidades que meu filho vai aprender?	21

E se meu filho tem necessidades além da área acadêmica?	22
Como a Junta identifica o que tem de ser feito?	22
Há algumas considerações especiais que deveriam ser discutidas no IEP?	22
O que são Metas Anuais?	23
O que são “benchmarks”? No que elas diferem dos Objetivos?	23
Como vou saber quais os serviços que meu filho receberá?	24
E a respeito do IEP e os testes distritais e estaduais—por exemplo, o MCAS?	24
Por que é importante participar do teste MCAS?	25
Como é que o meu filho vai participar do MCAS?	26
Quando é que eu recebo uma cópia do IEP?	26
Uma vez que tenhamos desenvolvido o IEP, os serviços começam imediatamente?	26
E se eu não concordar com parte ou mesmo com todo o IEP proposto?	26
Como posso saber se meu filho está progredindo?	27
Com que frequência o IEP é revisado?	28
O que é o plano de transição para alunos mais velhos?	28
As pessoas me dizem que a educação especial é um direito, mas que os serviços para um adulto não o são. O que isto significa?	28
 Educação Pública Apropriada e Gratuita (FAPE)	29
O que a FAPE garante para o meu filho?	29
 Ambiente Menos Restritivo (LRE)	30
Quem determina qual é o ambiente menos Restritivo para minha criança?	30
Como é feita esta determinação?	30
 Salvaguardas de Procedimento	31
Quais são alguns desses Salvaguardas de Procedimento?	31
Quando recebo uma cópia do folheto Os Direitos dos Pais?	32
Os direitos do meu filho mudam conforme a sua idade?	32
Qual é a “idade da maioria”?	32
Há salvaguardas especiais para alunos ou famílias cuja primeira língua não seja o inglês?	33
E se for determinado que meu filho não se qualifica para a educação especial?	33
O que é o Plano 504?	34
E se eu discordar da escola quanto ao que é certo para o meu filho?	34
O que fará o Departamento de Educação do Estado se eu discordar do distrito escolar?	34
O que faz a Escritório de Apelações de Educação Especial?	35
O que acontece com os serviços de educação de meu filho, enquanto eu e a escola tentamos solucionar nossas diferenças?	36
Conclusão	37
Recursos	38

Entendendo o Processo de Educação Especial

Uma Breve Síntese para os Alunos Elegíveis à Educação Especial

Abaixo, encontra-se uma breve síntese de como se verifica que o aluno se qualifica a receber os serviços de educação especial, como o IEP é desenvolvido e implementado, e como é medido o progresso do aluno.



Por todo o período do IEP, profissionais qualificados fornecem educação especial e serviços relacionados

Em 30 dias lectivos

do recebimento do IEP, o consentimento do pai para o IEP e a colocação

Com a mesma frequência que os pais de alunos não-deficientes recebem relatórios escritos com o progresso de seus filhos, a escola medirá o progresso dos alunos deficientes em direção às metas do IEP, reportando-o para os pais por escrito

DEVEM FAZER PARTE ACTIVA NA REUNIÃO DA JUNTA:

- O pai
- O professor de Educação Especial
- O professor de Educação Geral
- O Representante do Distrito
- Uma Pessoa Qualificada para Interpretar os Resultados da Avaliação
- O Aluno, se tiver mais de 14 anos
- Outros (veja a p. 16)

Na Reunião do IEP, depois que o IEP é escrito, a Junta determina a colocação

Pelo menos uma vez por ano

a Junta revisa e reescreve o IEP

Em 45 dias lectivos

do consentimento do pai para a avaliação, a Junta desenvolverá e escreverá o IEP para todos os elegíveis

Pelo menos a cada 3 anos

a escola reavalia a criança

A Junta declara a criança como elegível a receber educação especial e/ou os serviços relacionados



Introdução

Os alunos portadores de deficiência podem atingir altas metas na escola, quando recebem o apoio e os serviços necessários. Embora nem toda criança com deficiência precisará dos serviços de educação especial, toda criança cuja deficiência afete seu rendimento escolar é intitulada a receber uma educação pública Apropriada e Gratuita (FAPE) que vá de encontro às suas necessidades únicas. Nesta era de reforma escolar, espera-se que todos os alunos sejam ensinados através dos altos padrões.

Um pai, um professor, ou outro profissional pode referir um aluno para uma avaliação de educação especial a qualquer momento, bastando entrar em contacto com o director ou com o administrador responsável pela educação especial.

Se você está preocupado se a sua criança pode ter uma deficiência que esteja afectando sua habilidade de progredir na escola, você pode falar, primeiro, com o seu professor. Enquanto conversa com o professor, explique-lhe suas preocupações, e peça-lhe que explique se tem notado algum problema. A partir dessa conversa, pode ser decidido que algum tipo de adaptação seja feita na sala de aula para resolver o problema por um curto período de tempo. Se sua criança continua a ter dificuldades com as tarefas escolares, você pode fazer uma recomendação para uma avaliação de educação especial a qualquer momento.

Leis e Princípios da Educação Especial

A educação especial consiste no ensino e nos serviços relacionados especialmente planejados para ir de encontro às necessidades únicas de um aluno portador de deficiência elegível, ou na necessidade específica de um serviço que seja necessário para permitir que o aluno tenha acesso ao currículo geral. O propósito da educação especial é permitir que o aluno desenvolva, com sucesso, seu potencial educacional. Ao mesmo tempo que os serviços são fornecidos para a criança, se necessário, pode ser que também sejam oferecidos serviços para os pais e os professores, de maneira que o aluno seja beneficiado pela educação especial. A educação especial é providenciada pelo distrito escolar sem nenhum custo para os pais.

Em Massachusetts, o sistema de educação especial é baseado na lei de educação especial federal, a Lei dos Indivíduos com Deficiências Educacionais—IDEA, (Individuals with Disabilities Education Act—IDEA), em combinação com a lei de educação especial estadual (MGL c. 71B). Estas leis protegem os alunos portadores de deficiência que são elegíveis à educação especial e garante-lhes um Programa de Educação Individualizado—IEP (lê-se ai-i-pi), (Individualized Education Program—IEP), planejado para ir de encontro às suas necessidades únicas.

A Lei de Educação Especial está organizada em torno dos seis seguintes princípios:



1. Participação do Pai e do Aluno



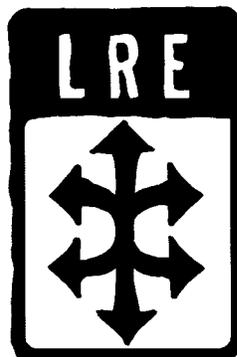
2. Avaliação Apropriada



3. Programa de Educação Individualizado (IEP)



4. Educação Pública Apropriada e Gratuita (FAPE)



5. Ambiente Menos Restritivo (LRE)



6. Salvaguardas de Procedimento

Para ajudar os pais a entender como estes princípios da lei afectam suas crianças, este Guia foi organizado com base nestes princípios. Você perceberá os símbolos acima em todo o texto, destacando esses princípios tão importantes.

←
Quais são as leis básicas da educação especial?
←

←
Quais são os princípios fundamentais das leis de educação especial?
←



Qual é o papel dos pais no processo de educação especial?

O meu filho tem o direito de comparecer às reuniões ou de falar alguma coisa no processo de educação especial?

O que é o Conselho de Pais?

Participação do Pai e do Aluno

Os pais e os alunos são parceiros do distrito escolar durante todo o processo de educação especial. Como pai, é você quem conhece melhor a sua criança. Você a tem visto, ao longo do tempo, de diferentes modos e em diferentes situações. Você tem uma percepção de sua criança que os profissionais não têm. As escolas perguntarão: “Quais são as suas maiores preocupações? O que você espera que seu filho possa realizar?” A lei de educação especial dá proteções para garantir que as suas preocupações sejam ouvidas e discutidas no processo de educação especial.

Os alunos são o enfoque central do processo de educação especial. A Junta deve estar a par dos interesses e preocupações do aluno, não importa a sua idade. Além disso, conforme o aluno cresce, a participação dele é muito importante. De facto, ao completar 14 anos (ou antes, se apropriado), a lei instrui a Junta a incluir o aluno nas reuniões como um participante activo. Como membros da Junta, o aluno e o pai têm voz activa em todas as discussões.

Quando o aluno tem 17 anos, o distrito escolar deve discutir com ambos, o pai e o aluno, as mudanças nos direitos do aluno e do pai(s) que ocorrerão quando o aluno completar 18 anos. Em Massachusetts, aos 18 anos o aluno atinge a maioria e é considerado um adulto. Ele ou ela pode, assim, tomar suas próprias decisões médicas e educacionais. Isso inclui concordar ou não com os serviços de educação especial propostos pelo distrito escolar. A maioria do aluno é discutida em mais detalhes, neste Guia, na sessão “Salvaguardas de Procedimento”. (Veja p. 31)



Além de os pais participarem no processo de educação especial em benefício de seus filhos, eles também podem participar do Conselho de Pais (Parent Advisory Council” — PAC). O PAC ajuda a orientar os serviços de educação especial fornecidos a todos os alunos elegíveis num sistema escolar. Em Massachusetts, cada sistema é mandado pela lei estadual a ter um PAC. O propósito do PAC é permitir aos pais de alunos portadores de deficiência a oportunidade de trocarem idéias a respeito de áreas de interesse comum e, também, de aconselhar o comitê escolar sobre a educação e o bem-estar dos alunos portadores de deficiência.

Conforme prosseguimos na descrição dos outros princípios da lei, é importante lembrar que a participação do pai e do aluno no processo de tomada de decisão de educação especial é vital para cada um desses princípios.

Avaliação Apropriada

A lei fornece um número de proteções para assegurar que cada aluno receba avaliações com regularidade, apropriada e compreensiva. Antes que seja determinado se o aluno se qualifica ou não para a educação especial, tem de ser feita uma avaliação educacional de seus pontos fortes, assim como de suas necessidades.

Se o seu filho está com alguma dificuldade na escola, seria bom que você falasse com a escola sobre o porquê dessa dificuldade, antes de fazer uma recomendação para uma avaliação de educação especial. Quando um aluno mostra sinais de dificuldade na escola, um dos primeiros passos poderia ser observá-lo na sala de aula ou em outras áreas da escola, para verificar se alguma mudança poderia ser feita para que ele se desempenhe melhor. Às vezes, os alunos se desempenham bem melhor simplesmente trocando o lugar em que se sentam na sala, ou fazendo-se com que a professora discuta a agenda diária a cada manhã. Às vezes, a escola pode sugerir que seria útil fazer um exame de vista.

Outras mudanças incluem tentar novas maneiras de ensinar o seu filho, ou achar novos modos de que ele possa expressar o que aprendeu. A professora pode mudar a arrumação da classe, ou pode buscar uma ajuda extra de outros profissionais da escola. Estes apoios ou mudanças na sala de aula são conhecidos como apoios instrutivos (instructional supports).

Se algum tipo de mudança tiver sido feita, ela deve ser revisada dentro de quatro a seis semanas para se verificar se a mudança foi proveitosa para o aluno. Se o seu filho continua a ter dificuldade, uma recomendação para educação especial deve ser considerada. Você pode fazer uma recomendação para educação especial a qualquer momento. O fornecimento de apoio instrutivo não pode ser



←
O que devo fazer se meu filho está com problemas na escola?
←

←
Minha escola quer fornecer os “Apoios Instrutivos” (Instructional Supports) antes de fazer uma recomendação para a educação especial. O que isto significa?
←

Como é que eu faço uma recomendação para uma avaliação de educação especial?



TIPOS DE DEFICIÊNCIAS incluídas nos

Regulamentos de Educação Especial do Estado de Massachusetts:

- Autismo
- Retardamento em desenvolvimento
- Intelectual
- Sensorial: Audição/Visão/Surdez-Cegueira
- Neurológica
- Emocional
- Comunicação
- Físico
- Saúde
- Aprendizagem Específica

603 CMR 28.02

usado para atrasar a avaliação do aluno. Se o aluno for referido para uma avaliação, a documentação do uso dos apoios instrutivos será parte das informações da avaliação que serão revisadas pela Junta.

Você mesma pode fazer uma recomendação, ou pode descobrir que uma professora ou outro profissional tenha feito uma recomendação para uma avaliação de educação especial. As recomendações são feitas contatando-se o director, o quadro de pessoal, ou o administrador de educação especial da escola, e solicitando-se uma avaliação de elegibilidade para a educação especial. **Não importa quem faz a recomendação, o pai deve dar o seu consentimento por escrito, antes que uma avaliação de educação especial possa ter início.** A escola tem de entrar em contacto com você **em cinco dias lectivos**, a partir do recebimento da recomendação, solicitando a sua permissão por escrito para dar início à avaliação.



A recomendação para a avaliação de educação especial é o primeiro passo no processo para determinar se seu filho deve receber os serviços de educação especial. A avaliação deve examinar todas as áreas onde há suspeita de deficiência e fornecer uma descrição detalhada das necessidades educacionais de seu filho. A avaliação deve responder estas perguntas:

1. A criança tem uma deficiência? De que tipo?
2. Essa deficiência faz com que a criança seja incapaz de progredir eficientemente no ensino regular?
3. A criança requer um tipo de instrução especialmente planejada para progredir, ou a criança requer um serviço(s) complementares para ter acesso ao currículo geral?

A resposta para qualquer das questões acima tem de ser “sim” para que seja determinado se uma criança se qualifica a receber os serviços de educação especial. A lei declara que a falta de instrução em inglês ou matemática não pode ser a única razão para que um aluno receba uma educação especial, nem mesmo o facto de que um aluno tenha uma habilidade limitada para

falar ou entender inglês, caso ele ou ela fale e entenda uma outra língua. Os estudantes também não são elegíveis a receber uma educação especial só porque não conseguem seguir o código de disciplina da escola ou porque eles são “mal ajustados socialmente”. Para os alunos que não são elegíveis para a educação especial, a Junta deve explorar outros programas e apoios disponíveis na escola.

Muitas famílias não estão familiarizadas com o processo de avaliação. Quando o seu filho é referido para uma avaliação, você pode solicitar uma conferência pré-avaliatória (pre-evaluation conference) para falar com um profissional da escola sobre suas preocupações, que tipo de testes serão úteis e quem os realizará. Mesmo que a escola tenha de falar com você sobre estas coisas, quer vocês se reúnam ou não, uma conferência pré-avaliatória também pode servir como uma oportunidade para que você e seu filho entendam melhor os testes que serão conduzidos. Uma vez que você se sinta confortável para entender e concordar com os tipos de testes que serão feitos e sobre as pessoas que os realizará, **você deve dar o seu consentimento por escrito para que a avaliação possa ser iniciada.**

A avaliação freqüentemente inclui as colocações pessoais do pai e as observações do professor sobre o aluno, uma entrevista com o aluno sobre suas habilidades atuais na escola, assim como outros tipos de testes formais e informais. As avaliações são sempre conduzidas por profissionais qualificados e são providenciados pela escola sem que haja nenhum custo para os pais.

Os testes usados na avaliação terão como base as necessidades individuais de seu filho. Ele deve ser avaliado em todas as áreas onde haja suspeita de deficiência. Isso pode incluir a observação de como ele se comunica e entende a linguagem, o seu desenvolvimento educacional, e como ele pensa, age e se adapta às mudanças. As avaliações podem checar a saúde de seu filho, sua visão, seu bem estar social e emocional, seu desempenho na escola, como ele ou ela usa o corpo, e, para estudantes mais velhos, que tipos de interesse e de habilidades relacionados ao emprego, e a outras atividades depois da escola, eles têm.

←
O que é uma conferência
pré-avaliatória?
←

←
O que devo esperar
como parte do processo
de avaliação?
←

A Avaliação Comportamental Funcional (Functional Behavioral Assessment—FBA) é uma avaliação dos comportamentos do aluno que podem ser desordeiros ou de alguma forma inapropriados para a escola. O FBA se baseia em observações e conversações que ajudam a determinar quando e porquê um comportamento está acontecendo, de maneira que intervenções comportamentais positivas possam ser usadas para auxiliar o aluno a desenvolver comportamentos mais apropriados.

→
Quem pode ver as informações da avaliação?

Todas as informações da avaliação são confidenciais e devem ser vistas somente pelas pessoas diretamente envolvidas com sua criança, tais como os professores e os membros da Junta. O pai deve dar seu consentimento por escrito, antes que outros possam ter acesso às informações.

→
Quanto tempo dura o processo de avaliação?

As avaliações devem ser finalizadas dentro de 30 dias lectivos depois da permissão por escrito do pai. Dentro de 45 dias lectivos do recebimento de sua autorização por escrito por parte da escola, deve-se realizar uma reunião da Junta (Team meeting) para a discussão das avaliações, para determinar a elegibilidade e para completar o IEP para o aluno elegível. 

Os pais têm o direito de receber todos os relatórios com os resultados da avaliação de educação especial, 2 dias antes da reunião da Junta. Você deve solicitar cópias dos relatórios à escola para que possa recebê-los antes da reunião. É importante que os pais revisem os relatórios da avaliação antes da reunião da Junta. Uma pessoa qualificada a explicar esses relatórios estará na reunião da Junta para responder a qualquer dúvida que você possa ter sobre o significado dos resultados, onde e porquê seu filho está tendo dificuldades.

→
O que significa o termo “Junta” (Team)?

→
É preciso muitas pessoas para planejar e providenciar o auxílio que sua criança necessita. A lei IDEA especifica, claramente, os membros de uma Junta (Team) de educação especial. **Os pais sempre são membros de qualquer Junta que toma decisões sobre os seus filhos.** Os pais podem convidar outras pessoas para participar da reunião da Junta com eles. Os professores, assim como outros profissionais que conheçam o seu filho, ou que o tenham avaliado, também serão membros da Junta.



Todas as avaliações de educação especial devem ser conduzidas por especialistas apropriadamente credenciados e treinados, devendo incluir o seguinte:

Avaliação Especializada: Uma avaliação em todas as áreas relacionadas à(s) deficiência(s) suspeita(s) de (Veja o quadro “Tipos de Deficiências”, na p. 12)

Avaliação Educacional: Uma avaliação que inclui informações sobre a história educacional e da média de aproveitamento do aluno, incluindo sua posição actual em áreas básicas do currículo. Esta avaliação também deve incluir informações sobre o grau de atenção do aluno, os comportamentos de participação, as habilidades de comunicação, a memória e as relações sociais com grupos, colegas de classe e adultos. Esta avaliação deve incluir, além disso, uma descrição narrativa do potencial educacional e de desenvolvimento do aluno.

As avaliações seguintes podem ser incluídas, com o consentimento dos pais, se a escola ou o pai as solicitar:

Avaliação médica: Uma avaliação para identificar qualquer problema médico que possa afetar a aprendizagem do aluno. Avaliações médicas podem ser feitas por uma instituição recomendada pela escola ou pelo médico da família, devendo ser revisada pela enfermeira da escola.

Avaliação Psicológica: Uma avaliação para verificar as habilidades e o estilo de aprendizagem do aluno, com relação ao seu desenvolvimento e suas habilidades sociais/emocionais.

Avaliação Doméstica: Uma avaliação do histórico familiar que pode afetar a aprendizagem ou o comportamento do aluno em seu lar, e que pode incluir uma visita a sua casa.

Cada Junta **deve** ter um membro que saiba quais os serviços e os recursos que estão disponíveis no distrito escolar. A lei requer que esta pessoa tenha a autoridade de assumir compromissos quanto aos recursos do distrito escolar, de maneira que as decisões sobre os serviços possam ser feitas, imediatamente, na reunião da Junta.

Durante a reunião da Junta, os seus membros devem considerar todas as informações e resultados das avaliações para decidir se o aluno se qualifica para receber os serviços de educação especial.

Com base na discussão e na avaliação das informações, os membros da Junta determinarão se a sua criança se qualifica para educação especial e os serviços relacionados. Se ela for qualificada, a Junta se utilizará, então, dos resultados da avaliação para desenvolver o Programa de Educação Individualizado (IEP). Para maiores informações, vá para a secção do “IEP” deste Guia (veja a p. 20).



←
Qual é o papel da Junta na determinação da elegibilidade para a educação especial?
←



Cada Junta deve incluir:

Você(s), o(s) pai(s) ou o(s) responsável(eis);

Pelo menos um dos professores e/ou provedores de educação especial de seu filho;

Ao menos um dos professores do ensino regular de seu filho, caso a criança esteja ou possa participar do ambiente regular de ensino;

Outros indivíduos ou agências, convidados pelo pai ou pelo distrito escolar;

Alguém para interpretar os resultados da avaliação e explicar quais são os serviços necessitados; e

Sua criança, se ele ou ela tiver entre 14 e 22 anos (mais informações sobre Transição para a vida adulta ou O que é o plano de transição para as crianças mais velhas? veja a p. 28.);

Além destes, outras pessoas ou agências que possuam algum conhecimento especial sobre sua criança.

de lei IDEA

Se for determinado que sua criança **não se qualifica**, pode ser que ela ainda precise receber algum tipo de auxílio, mesmo que não sejam os serviços de educação especial. Se ela não se qualifica para a educação especial, **você receberá uma carta da escola declarando que sua criança não se qualifica, detalhando porque o aluno não se qualifica, Juntamente com informações sobre os seus direitos.** Leia esta carta cuidadosamente para decidir se você concorda ou não com esta decisão. Você tem o direito de apelar a determinação de não elegibilidade. Para maiores informações sobre os seus direitos, vire a página deste Guia para a seção “Salvaguardas de Procedimento” (veja p. 31). 

Se a sua criança se **qualifica** para educação especial, os serviços devem começar imediatamente após você assinar o IEP. A avaliação continuará a ser uma parte importante do processo de educação especial. A cada 3 anos, pelo menos, o distrito escolar deve conduzir uma reavaliação de 3 anos. Isto significa que, a cada 3 anos, no máximo, a Junta deve considerar as informações da avaliação corrente e deve determinar se sua criança permanece qualificada para a educação especial.

A cada 3 anos a escola solicitará o seu consentimento para conduzir uma reavaliação de 3 anos. A escola também pode recomendar que as informações da avaliação que eles têm

→
O que é uma reavaliação de 3 anos?

Ela é obrigatória?

→

são suficientes para saber que sua criança continua sendo qualificada, e que também são atuais o suficiente para se escrever um IEP apropriado. Neste caso, a escola pode recomendar que não há necessidade de novas avaliações. Isto ajuda a evitar um “excesso de testes”, mas não deve evitar uma avaliação que você ou a escola acredita ser necessária. Você tem o direito de dizer que ainda pretende que alguma ou todas as avaliações sejam feitas, para se certificar de que as informações estejam atualizadas; a escola deve providenciar a avaliação que você requisitar. Uma reavaliação de 3 anos incluirá, geralmente, todos os tipos de avaliações da avaliação inicial.

Se, a qualquer momento, o distrito escolar acredita que sua criança não precisa mais da educação especial, eles precisam pedir o seu consentimento para uma reavaliação completa, antes mesmo de qualquer ação para terminar os serviços de educação especial. Assim, a Junta deve considerar as informações da avaliação e pode determinar que o aluno não é mais qualificado. Como sempre, você deve receber uma carta ou uma nota por escrito sobre este tipo de decisão, e você tem, evidentemente, o direito de discordar e de apelar da decisão.



Uma vez ou outra você pode discordar da avaliação do distrito escolar. A base de um bom programa escolar é uma avaliação que verdadeiramente refleta os pontos fortes e as necessidades individuais do aluno. Se você discorda dos resultados da avaliação do distrito escolar, você tem o direito de fazer com que seu filho seja avaliado por um profissional qualificado que não seja contratado pelo sistema escolar. Ambas as leis, federal e estadual, permitem que os pais busquem uma **Avaliação Educacional Independente (Independent Educational Evaluation—IEE)**.

Em Massachusetts, os regulamentos de educação especial, 603 CMR 28.04, oferecem uma opção para os pais quanto ao pagamento de Avaliações Independentes. Os pais podem optar em compartilhar suas informações financeiras pessoais junto ao distrito e, então, partilhar os custos da avaliação com base em sua renda. Se a família tiver uma renda que seja elegível, o distrito deve pagar pela avaliação, sem precisar discutir os custos na corte. Os pais podem optar por não



←
Há necessidade de uma reavaliação se o distrito escolar “retirar” minha criança da educação especial?
←

←
O que é uma “Avaliação Educacional Independente”?
←

←
Quem paga por um avaliador independente?
←



TABELA DE TAXAS FLUTUANTES

Quando os pais buscam dinheiro público para uma Avaliação Educacional Independente (IEE), o distrito deve levar em conta informações sobre o tamanho e a renda da família em relação ao Índice Federal de pobreza (Federal Poverty Guidelines):

- Se a renda familiar é igual ou menor do que 400% do índice federal de pobreza, o distrito deve pagar 100% dos custos da IEE.
- Se a renda familiar está entre 400% e 500% do índice federal de pobreza, o distrito deve pagar 75% dos custos da IEE.
- Se a renda familiar está entre 500% e 600% do índice federal de pobreza, o distrito deve pagar 50% dos custos da IEE.
- Se a renda familiar é mais do que 600% do índice federal de pobreza, o distrito não tem nenhuma obrigação de dividir os custos com o pai.
- 400% do índice federal de pobreza equivale a \$68,200 (em setembro de 2001), para uma família de quatro pessoas.

*Mass. Special Education Regulations
603 CMR 28.04(5)*

declarar as suas informações financeiras para o distrito. A partir daí, o distrito tem de optar entre pagar inteiramente pela Avaliação Educacional Independente, ou levar o caso para uma audiência junto à Escritório de Apelações de Educação Especial (Bureau of Special Education Appeals—BSEA). Todas as IEEs que são pagas com dinheiro público, no todo ou em parte, devem se adequar aos requerimentos do estado para que sejam usados avaliadores registrados, certificados, licenciados ou de alguma forma aprovados e que concordem em aceitar as taxas de pagamento fixadas pelas agências estaduais responsáveis por fixá-las.

De acordo com os regulamentos estaduais, qualquer aluno que seja elegível para receber um lanche grátis ou a custo reduzido, ou que esteja em custódia de uma agência do estado com um Pai Substituto Educacional (Educational Surrogate Parent) está intitulado a receber uma IEE equivalente aos custos públicos. Os distritos escolares devem oferecer aos pais que buscam os fundos públicos para as IEEs e informação sobre o programa da tabela de taxas flutuantes. Para participar do programa da tabela de taxas flutuantes, outros que não os alunos que são elegíveis para receber um lanche gratuito ou a custo reduzido, exige-se que a família forneça documentos financeiros.

Assim que são recebidos os documentos financeiros das famílias, o distrito deve avaliar prontamente as informações e dar um parecer sobre o seu status. A escola tem de retornar os documentos financeiros para a família imediatamente. Nenhuma cópia dos documentos financeiros deve ser feito; o distrito, contudo, fará a documentação de elegibilidade para a tabela de taxas flutuantes no registro escolar do aluno. Baseados nestas informações financeiras a família e o distrito partilharão o custo da IEE. Por exemplo, com base em setembro de 2001, uma família com uma renda abaixo de 400% do índice federal de pobreza (\$68,200, para uma família de 4 pessoas), a IEE será providenciada sem nenhum custo. Para uma família com uma renda acima deste nível, o montante pago pela família é baseado na tabela de taxas flutuantes.

Nos casos em que os alunos não são elegíveis para o programa da escala de taxas flutuantes, em que os pais não queiram fornecer documentos financeiros, ou em que os

pais estejam requisitando uma avaliação numa área não acessada pelo distrito escolar, a lei IDEA estipula que as famílias ainda podem solicitar fundos públicos para uma IEE. Diante de uma solicitação como esta, o distrito escolar deve, dentro de 5 dias lectivos, ou concordar em pagar pela IEE ou, então, dar início a uma audição junto à Escritório de Apelações de Educação Especial (BSEA). O distrito deve mostrar para a BSEA que a sua avaliação é extensiva e apropriada. Se a BSEA concordar que a avaliação feita pelo distrito foi, de facto, extensiva e apropriada, o distrito não será obrigado a financiar a IEE com dinheiro público. Porém, se a BSEA determinar que a avaliação do distrito não foi extensiva e apropriada, o distrito será obrigado a pagar pela IEE.

NOTA: Os pais sempre têm o direito de obter uma IEE às suas próprias custas. Os pais podem querer pagar por uma IEE porque desejam que seja feita uma avaliação mais profunda do que a escola pode fazer, ou porque o seguro de saúde cobrirá os custos. Se você pagar por uma IEE, os relatórios com os resultados lhe pertencem; você pode decidir se mostra ou não os resultados para o distrito. A Junta deve checar os resultados de qualquer IEE que se faça disponível quando for planejar os serviços para a sua criança.

O distrito deve reunir a Junta do IEP e verificar as informações de uma IEE tão cuidadosamente quanto costuma fazer com uma avaliação feita pelo distrito escolar. A lei requer que a verificação das informações da avaliação sejam feitas por mais de uma única fonte ou avaliação, para que se tenha um quadro completo do aluno e de suas habilidades. Todos os resultados dos testes ou das IEEs serão usados pela Junta para formar as bases das decisões a serem tomadas, com respeito à participação de sua criança nos serviços de educação especial.

Maiores informações podem ser obtidas através do folheto Os Direitos dos Pais (Parent's Rights Brochure), fornecido pelo seu distrito, para os pais de crianças portadoras de deficiência.

Os pais de uma criança portadora de deficiência têm o direito a uma Avaliação Educacional Independente

Se um pai solicitar uma Avaliação Educacional Independente ao custo público, a agência pública deve, sem demora, ou iniciar uma audição para mostrar que sua avaliação é apropriada ou, então, fazer com que uma Avaliação Educacional Independente seja providenciada ao custo público.

(IDEA 300.502)

←
Como são usadas as informações de uma IEE?
←



Como posso estar certo de que minhas preocupações são parte do processo do IEP?

Programa de Educação Individualizado (IEP)

O Programa de Educação Individualizado (Individualized Education Program—IEP) de seu filho é desenvolvido na reunião da Junta e representa um acordo formal sobre os serviços que a escola fornecerá para ele, segundo suas necessidades de educação especial. O IEP é um contrato entre você e a escola. Como em qualquer contrato, esteja certo de que entendeu inteiramente os termos com os quais você está concordando, e certifique-se também de que tudo o que foi acordado verbalmente esteja escrito no contrato. 

As informações dados pelos pais e do aluno são as principais informações do IEP

A primeira parte do IEP requer informações referentes às preocupações dos pais e/ou do aluno, os resultados principais da avaliação e uma visão do futuro para o aluno. Esta é uma oportunidade para vocês, como pais, para falar sobre suas preocupações e o que você espera que a educação especial faça para o seu filho. Considere: Quais as informações do relatório da avaliação lhe parecem ser particularmente importantes? O seu filho expressou alguma preocupação ou vontade em particular que você pensa que pode ser melhorada com a educação especial? Há alguma área em que o aluno seja forte ou fraco e que você gostaria que fossem incluídas? Além disso, a Junta deve considerar todas as informações, incluindo o histórico médico e escolar, assim como os interesses pessoais do aluno. Esta troca de idéias dá uma oportunidade para que você e a escola discutam o que a educação especial pode fazer e, da mesma forma, o que ela pode não estar em condições de fazer. Esta parte do processo do IEP pode ser, além do mais, uma oportunidade para que você e sua criança expressem os seus pensamentos sobre o programa educacional, de acordo como ele tem sido no passado, e de que maneira ele poderia mudar para, assim, melhor atender às necessidades de sua criança.

A Visão do Aluno: Os pais e os alunos devem entrar na reunião da Junta preparados para falar sobre suas esperanças e sonhos para o futuro da criança. Se o aluno pode indicar o que ele ou ela gostaria que acontecesse, então a visão para o aluno deve ser claramente indicada; caso contrário, a visão será desenvolvida

pela família. Ao discutir a visão para o futuro, a Junta deve ter o cuidado de não limitar a discussão apenas para o que consideram ser “realista”—todos nós precisamos de sonhos e de desejos. A lei estabelece que esses sonhos e desejos devem ajudar a apontar uma direção para a Junta. A visão deve guiar a Junta durante todo o processo de desenvolvimento do IEP, para que se crie um programa que leve o aluno para bem próximo dessa visão, de uma maneira significativa, ajudando-lhe a ver como a educação pode auxiliá-lo a alcançar as suas metas pessoais.

A Participação no Currículo Geral: A lei federal IDEA declara que os alunos portadores de deficiência devem participar do currículo geral. O termo “Currículo Geral” significa o mesmo currículo que os outros alunos não-deficientes aprendem. O IEP, portanto, NÃO planeja um currículo, em vez disso, o IEP planeja os serviços de que o aluno precisa para fazer progresso no currículo geral, ajudando-lhe a ter sucesso em sua vida escolar. Para que os alunos portadores de deficiência tenham acesso às informações do currículo geral, as Juntas podem achar necessário identificar adaptações, modificações, ou serviços que ajustem-se às necessidades de aprendizagem.



Para que sejam membros da Junta do IEP bem informados, os pais devem estar atentos sobre o currículo que o seu distrito escolar usa para alunos da mesma idade e série de suas crianças e entender como a deficiência de suas crianças afetam o seu desenvolvimento e seu rendimento no currículo geral. O distrito escolar deve garantir que uma pessoa da Junta, que entenda sobre o currículo geral, esteja disponível e possa ser prestativo em discutir como o aluno pode participar do currículo geral.

Em Massachusetts, o currículo geral é baseado nos padrões de aprendizagem da Grade Curricular de Massachusetts (Massachusetts Curriculum Frameworks), a qual define as expectativas de aprendizagem específicas do aluno para cada série (grade). Os pais devem estar alertas de como a grade curricular é utilizada no distrito escolar para que sejam criados os currículos específicos de cada série para todos os alunos.

←
O IEP determina as
matérias e as
habilidades que meu
filho vai aprender?
←

→
E se meu filho tem
necessidades além da
área acadêmica?
→

Outras Necessidades Educacionais: Os alunos portadores de deficiência que são qualificados a receber educação especial freqüentemente têm necessidades especiais além daquelas do currículo geral. Estas áreas das “Outras Necessidades Educacionais” (Other Educational Need) também devem ser discutidas no IEP. O formulário do IEP de Massachusetts lista algumas de Outras Necessidades Educacionais que podem ser discutidas, dependendo das necessidades individuais do aluno. As listas no formulário do IEP podem auxiliar a Junta a pensar através de algumas das áreas possíveis, mas não devem ser consideradas as únicas opções. Em suma, não limite a discussão apenas ao currículo. Por exemplo, pode ser que você queira falar sobre o comportamento, a comunicação, a tecnologia assistiva, o uso do braile ou outras considerações especiais e únicas do aluno.



→
Como a Junta
identifica o que tem
de ser feito?
→

Quando considera tanto o currículo geral quanto as outras necessidades educacionais, a Junta também levará em consideração as adaptações específicas, as modificações e os serviços para auxiliar o aluno a alcançar o seu melhor desempenho educacional. A Junta considera se é necessário adaptar o conteúdo (mudar a complexidade das informações que são ensinadas). A Junta também considera se é necessário adaptar a metodologia ou a transmissão da instrução (mudança na maneira em que as informações são ensinadas), ou o critério da performance na sala de aula (mudar a maneira pela qual o estudante apresenta o que aprendeu). Todas as mudanças e serviços que a Junta identifica são escritas no IEP. O IEP serve, assim, como um recurso para auxiliar o professor a fornecer um ambiente assistencial e eficaz na sala de aula durante todo o ano lectivo.

→
Há algumas
considerações
especiais que deveriam
ser discutidas no IEP?
→

A lei IDEA menciona algumas considerações especiais para que as Juntas discutam durante o desenvolvimento do IEP. Dentro dessas considerações especiais se incluem: intervenções comportamentais positivas, as necessidades singulares dos alunos portadores de deficiência com proficiência limitada em inglês, as necessidades de comunicação de alunos surdos ou que escutam mal, o método braile para estudantes com impedimento visual, bem como aparelhos e serviços de tecnologia assistiva para todos os alunos. Estas necessidades devem ser discutidas pela Junta e incluídas no IEP, com base nas necessidades únicas da criança.





Uma boa meta tem 5 partes essenciais e pode ser determinada quando se responde a estas perguntas simples.

- Quem? — sua criança
- O que deve ser alcançado? — habilidade ou comportamento
- Como? — de que maneira ou em que nível?
- Onde? — em que ambiente ou em que condições?
- Quando? — em que estágio do período do IEP?

Metas Anuais: Uma vez que a Junta tenha explorado o desempenho educacional actual do aluno, assim como os tipos de assistência que ele ou ela precisará para melhorar o seu rendimento, a Junta ficará atenta, agora, no que se deve esperar que o aluno faça durante o ano, de maneira que ele demonstre um progresso eficaz. As metas específicas para o desempenho de sua criança serão descritas na secção do IEP denominada Metas Anuais (Annual Goals). As Metas Anuais descrevem a expectativa de crescimento das habilidades e do conhecimento de sua criança, ao longo do próximo ano, como um resultado da educação especial que ela estiver recebendo. As Metas devem ser positivas, avaliáveis, alcançáveis e, ao mesmo tempo, desafiadoras. As Metas Anuais devem ser escritas, de maneira que qualquer membro da Junta possa determinar se a criança alcançou a meta, e não apenas o especialista da área do enfoque específico. As Metas Anuais devem se relacionar às necessidades académicas, assim como às não académicas, de sua criança.

←
←
**O que são
Metas Anuais?**

As Metas Anuais avaliáveis são divididas em partes menores chamadas de objetivos ou “benchmarks”. Eles (objetivos ou “benchmarks”) começam com o que seu filho pode fazer (nível actual de desempenho) e são realizações observáveis. Os objetivos são os menores passos ou os “benchmarks” que a sua criança precisa fazer para alcançar as metas anuais escritas em seu IEP. Os “benchmarks” são baseadas no alcance de uma habilidade específica, num período de tempo específico. Os “benchmarks” permitem a checagem regular dos progressos para alcançar as metas anuais, sendo que o “benchmark” final é a meta do ano. A Junta do IEP pode usar tanto os objetivos ou os “benchmarks”, ou uma combinação dos dois, dependendo da natureza das metas e das necessidades do aluno.

←
←
**O que são
“benchmarks”?
No que elas diferem
dos Objetivos?**

Como vou saber quais os serviços que meu filho receberá?

Serviços: Depois que o desempenho do aluno tenha sido discutido e as metas anuais desenvolvidas, a Junta precisa considerar os verdadeiros serviços de que o aluno necessita, para que essas metas sejam alcançadas durante o ano seguinte. A Junta deve falar sobre todos os apoios e serviços que permitirão que o aluno tenha sucesso na escola. A Junta discutirá os serviços necessários, incluindo os serviços de ensino especial, serviços de consulta, treinamento para professores e outros serviços relacionados ou de apoio, tais como transporte, serviços psicológicos, aconselhamento e serviços de orientação e de mobilidade. A Junta especificará estes serviços em um formulário de uma página do IEP chamado de página de “Prestação de Serviço” (Service Delivery) do IEP de Massachusetts. Essa página identifica todos os serviços que serão providenciados para o aluno, durante o ano lectivo, e que vão auxiliá-lo a alcançar as metas identificadas no IEP.



E a respeito do IEP e os testes distritais e estaduais — por exemplo, o MCAS?

O Sistema Extensivo de Avaliação de Massachusetts (Massachusetts Comprehensive Assessment System” — MCAS) é o programa de testes estaduais. Os testes são dados em séries (grades) diferentes, com base na Grade Curricular de Massachusetts (Massachusetts Curriculum Frameworks), em Inglês, Matemática, Ciência e Tecnologia, e História e Ciências Sociais. **Todos os estudantes de Massachusetts que estejam no sistema de ensino custeado com dinheiro público devem fazer o teste estadual.**

Todos os estudantes que estejam no sistema de ensino custeado com dinheiro público devem participar do programa de avaliação estadual conhecido como “MCAS”.

Os estudantes participarão do MCAS em uma dessas três maneiras:

- No dia do teste MCAS, sob condições rotineiras
- No dia do teste MCAS, com adaptações
- Avaliação Alternativa do MCAS

A **Junta** determinará como o estudante participará do MCAS.

Tanto a lei IDEA quanto a lei da Reforma Educacional de Massachusetts, exigem que todos os alunos participem do MCAS. No passado, a participação de alunos portadores de deficiência nas avaliações estaduais não era considerada importante. Acreditava-se que as avaliações realizadas pela própria educação especial fornecia informações suficientes do desempenho dos alunos na escola. As avaliações da educação especial não fornecem, contudo, as informações típicas sobre o que os alunos sabem e podem fazer, com referência aos padrões de aprendizagem locais e estaduais. A divulgação dos resultados do desempenho geral do aluno portador de deficiência significa que as escolas serão, a partir de agora, responsáveis da mesma forma que elas o são pelo desempenho dos alunos não-deficientes. É importante salientar que todos os alunos têm acesso aos recursos e aos apoios necessários

para serem aprovados no MCAS, incluindo os alunos portadores de deficiência.



Com a exigência de que todos os estudantes participem do MCAS, é mais provável que as escolas elevem os padrões de ensino e tenham expectativas mais altas para com os alunos portadores de deficiência. A inclusão dos alunos portadores de deficiência no MCAS estimula as escolas a desenvolver novos programas e métodos de ensino diversificados. Isto também estimula a inclusão dos alunos deficientes em atividades conjuntas com seus colegas não-deficientes.

Como parte do processo do IEP, a Junta deve determinar como o seu filho deve participar do MCAS. Primeiro, a Junta deve considerar se ele ou ela pode fazer o teste MCAS padrão, com ou sem adaptações. Se o seu filho precisa de adaptações, então a Junta identificará as adaptações que serão usadas, devendo documentar essas informações no IEP do aluno. Em geral, elas serão similares às adaptações que o aluno tem usado regularmente em sua sala de aula.

Um número reduzido de alunos pode não ter a aptidão de fazer os testes padrões do MCAS, mesmo com adaptações, devido à natureza e à severidade de sua deficiência. Estes alunos serão designados pela Junta a participar da Avaliação Alternativa do MCAS (MCAS Alternate Assessment). A Avaliação Alternativa do MCAS é um portfólio, ou uma coleção de informações sobre as realizações do aluno durante o ano lectivo, e que é organizado por seu professor. O portfólio documentará o desempenho quanto às habilidades e ao conhecimento que a criança tem demonstrado, com relação aos padrões de aprendizagem da Grade Curricular de Massachusetts, nas quatro disciplinas avaliadas pelos testes padrões do MCAS. A avaliação alternativa não dependerá da habilidade de sua criança de fazer um teste com lápis e papel, pois esta avaliação usa outros métodos para determinar o nível de desempenho da criança. O portfólio da avaliação alternativa é submetido ao Departamento de Educação de Massachusetts (DOE), sendo avaliado por um grupo de educadores de Massachusetts. A pontuação (a nota) é reportada aos pais, às escolas e aos distritos, Juntamente com outros resultados dos testes MCAS. Os alunos da escola secundária que obtiverem uma

←
**Por que é importante
participar do
teste MCAS?**
←

→
Como é que o meu filho vai participar do MCAS?
→

nota de aprovação na avaliação alternativa serão elegíveis a receber um diploma padrão.

Para informações mais detalhadas sobre a participação no MCAS, as adaptações disponíveis e as avaliações alternativas, por favor, procure pela publicação do DOE intitulada “Requirements for the Participation of Students with Disabilities: A Guide for Educators and Parents,” (Requerimentos para a Participação de Alunos Portadores de Deficiência: Um Guia para Educadores e Pais), disponível no “website” do DOE, na página www.doe.mass.edu/mcas/parents.html.

→
Quando é que eu recebo uma cópia do IEP?
→

O distrito escolar providenciará uma cópia do IEP para você na reunião da Junta, ou logo em seguida, mas nunca depois de 45 dias lectivos após os pais terem assinado a permissão para a avaliação. O IEP lhe diz como é que a escola se propõe a auxiliar a sua criança. Dentro de 30 dias do recebimento do IEP da escola, você deve assiná-lo, retornando-o em seguida. **A assinatura do pai ou do aluno adulto tem de constar no IEP, antes que os serviços tenham início.** Se você tiver dúvidas sobre o IEP, fale com a pessoa para contato da escola que, em geral, trata-se do presidente da Junta (Team Chairperson). 

→
Uma vez que tenhamos desenvolvido o IEP, os serviços começam imediatamente?
→

Se o IEP é satisfatório, você deve aceitá-lo, preenchendo o quadradinho da página 8, que declara: “Eu aceito este IEP tal como foi desenvolvido”, e assiná-lo na linha de baixo. Assim que o distrito receber o seu consentimento, os serviços começarão imediatamente. Se o IEP for insatisfatório, você deve escolher entre as duas opções restantes. Você pode preencher o quadradinho que declara: “Eu rejeito este IEP tal como foi desenvolvido”; e, neste caso, o último IEP acordado permanecerá, geralmente, em efeito, até que se faça um novo acordo com referência aos serviços apropriados para a sua criança (às vezes chamado de “stay put” — “fique onde está”). Se a sua criança não recebia serviços de educação especial previamente, nenhum serviço de educação especial será fornecido até que se tenha um IEP acordado e assinado pelo pai. Por esta razão, às vezes é melhor aceitar um IEP parcial, pois, assim, parte dos serviços podem ter início. Para fazer isto, preencha o quadrado que declara: “Eu rejeito as seguintes partes deste IEP, subentendo-se que a parte (ou partes) que não for rejeitada deve ser implementada imediatamente.” Você deve, então, listar as suas preocupações

→
E se eu não concordar com parte ou mesmo com todo o IEP proposto?
→

e assinar embaixo. As partes do IEP que você aceitou, devem ter início imediatamente após o seu consentimento. O formulário do IEP também lhe permite requisitar uma reunião com a escola para discutir o IEP ou as partes deste que foram rejeitadas.

Uma vez que você aceite o IEP, o distrito escolar deve partilhá-lo com todo o quadro de pessoal da escola que tenha responsabilidades com a sua criança.

Lembre-se que a sua assinatura é necessária tanto para aprovar como para rejeitar o IEP. A assinatura do pai num IEP que foi rejeitado põe em movimento uma recomendação (do caso) para a Escritório de Apelações de Educação Especial (BSEA). A BSEA oferece serviços de mediação para os pais e as escolas, e tem a autoridade de conduzir as audições para resolver as disputas de educação especial. Vá para a secção “Salvaguardas de Procedimento”, para obter maiores informações. (Veja p. 31)



Medindo o Progresso: Dar notas para os alunos portadores de deficiência, é uma boa prática que as escolas mantêm, além dos relatórios de progresso. As notas mostram aos pais se seus filhos estão progredindo com relação ao currículo geral; os relatórios de progresso indicam o progresso do aluno apenas quanto ao alcance das metas do IEP. A Junta deve discutir o sistema de notas enquanto observa as opções de ensino especialmente planejadas durante a reunião da Junta.

Os relatórios de progresso permitem-lhe verificar o progresso de sua criança em direção às metas do IEP, em períodos prefixados, durante todo o ano. **Você deve receber um relatório de progresso com a mesma frequência que todas as crianças do seu distrito escolar recebem os cartões-relatório ou outros relatórios de progresso da escola.** Os relatórios de progresso da educação especial vão ajudá-lo a decidir se sua criança está ou não fazendo progressos em direção às metas anuais que foram desenvolvidas. Se sua criança não está progredindo de acordo com a expectativa anterior, você deve conversar com o professor de educação especial, ou solicitar que a Junta reúna-se novamente para discutir se são necessárias mudanças no IEP ou não. Se as mudanças forem necessárias, elas devem ter o acordo do pai. **O distrito não pode efetuar qualquer mudança do IEP corrente sem notificá-lo, e sem o seu consentimento por escrito.**



←
Como posso saber
se meu filho está
progredindo?
←

Com que frequência o IEP é revisado?

A Junta deve reunir-se pelo menos uma vez por ano para revisar o IEP de sua criança, para determinar as mudanças a serem feitas e para desenvolver novas metas anuais. Quando quer que haja dúvidas, preocupações ou mudanças acadêmicas ou no bem-estar socio-emocional de sua criança, você deve falar com o seu professor ou com a pessoa para contacto da escola. Se você ou a escola decidir quer o IEP não está funcionando ou que o progresso esperado não está ocorrendo, a Junta deve reunir-se e provavelmente alterá-lo.

O que é o plano de transição para alunos mais velhos?

Planejamento de transição eficaz tem como base as metas e a visão do aluno. A lei IDEA demanda que, começando aos 14 anos, um plano de transição para a vida adulta deve fazer parte do IEP. Seu filho deve ser convidado a fazer parte das reuniões da Junta. Para os alunos que recebem prestação de serviços de agências para adultos, os representantes destas agências também devem ser convidados para as reuniões da Junta, quando a transição estiver sendo discutida. Quando o seu filho estiver com 16 anos, a discussão da Junta sobre a **Visão** do aluno deve incluir uma declaração da visão pós-escola designada a refletir os interesses individuais, as preferências e as necessidades de seu filho na vida adulta. O planejamento da transição e os serviços devem estar refletidos na seção **Outras Necessidades Educacionais** do IEP, podendo aí serem incluídos a preparação para o ensino pós-secundário, a orientação vocacional, emprego e a vida independente. 

As pessoas me dizem que a educação especial é um direito, mas que os serviços para um adulto não o são. O que isto significa?

Durante o planejamento de transição é importante lembrar que, quando os alunos portadores de deficiência se formam ou fazem 22 anos, eles não estão mais intitulados a receber os serviços de educação especial sob a lei IDEA. O estado de Massachusetts tem um processo de planejamento para identificar possíveis serviços necessários, das agências de recursos humanos para adultos, que prestam serviços para alunos com deficiências significantes; este processo é conhecido como Capítulo 688 (Chapter 688). Uma Recomendação do Capítulo 688 deve ser feita pela escola, dois anos antes que o seu filho se forme do “High School” ou que complete 22 anos, caso sejam necessários os serviços de uma agência para adultos. O planejamento dos serviços para adultos, bem como o preenchimento do processo de recomendação, todavia, não garantem, necessariamente, que os serviços serão providenciados. Diferentemente da educação especial, os

recursos humanos para adultos não são fornecidos como um direito, e pode ser até que tenham listas de espera, mesmo para as pessoas qualificadas a receberem os serviços. Logo, é importante que as famílias comecem a explorar o sistema de prestação de serviços para adultos antes mesmo que esses tipos de serviços sejam necessitados.

Educação Pública Apropriada e Gratuita (FAPE)

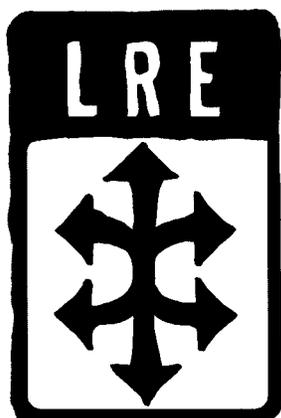
Uma criança que se qualifica para receber os serviços de educação especial é intitulada, por lei federal, a receber uma Educação Pública Apropriada e Gratuita (Free Appropriate Public Education)—FAPE). A FAPE garante que todos os alunos portadores de deficiência recebam uma educação pública apropriada, sem nenhum custo para a família. A FAPE é diferente para cada aluno, pois cada um tem necessidades diferentes. A FAPE especifica que os serviços necessitados devem ser providenciados sem custos para a família.

A FAPE garante que, para os alunos que se qualificam para educação especial, os distritos escolares devem estar preparados para fornecer os serviços de acordo com o IEP, a começar não mais tarde do que quando a criança faz 3 anos. Para o aluno que continuar a ser elegível, os serviços podem continuar até que ele se forme na “High School”, com um diploma padrão, ou até que complete 22 anos de idade, ou que vier primeiro. 

FAPE também significa que os alunos que recebem os serviços de educação especial tenham acesso ao, e façam progressos significantes através do, currículo geral (i.e. o mesmo currículo dos alunos sem deficiência), e tenham o direito de participar integralmente da vida escolar. Seu filho não está somente intitulado a ter acesso à porção acadêmica da escola, mas também a participar de atividades extracurriculares e outras mais, patrocinadas pela escola. Uma participação integral significa que os alunos portadores de deficiência têm o direito aos apoios e aos serviços necessários para ajudá-los a participar de todas as áreas da vida escolar. A FAPE é amiga do princípio conhecido como “Ambiente Menos Restritivo” (Least Restrictive Environment), o qual é descrito em detalhes na próxima seção deste Guia. 



←
O que a FAPE garante para o meu filho?
←



Ambiente Menos Restritivo (LRE)

A lei federal IDEA obriga que os alunos portadores de deficiência devem ser ensinados com os seus colegas não-deficientes ao nível apropriado mais elevado de acordo com as suas necessidades. Isto é conhecido como Ambiente Menos Restritivo (Least Restrictive Environment—LRE). A Junta (incluindo o pai) determina a colocação no programa que o aluno necessita para que lhe sejam oferecidos os serviços de acordo com o IEP, sendo que a Junta deve escolher o ambiente menos Restritivo para providenciar os serviços. Isto significa que o aluno deve ir para uma escola que ele ou ela atenderia normalmente, se não fosse portador de deficiência, a não ser que a Junta determine que a natureza da deficiência do aluno não permita que ele tenha um desempenho bem sucedido naquele ambiente.

→
Quem determina qual é o ambiente menos restritivo para minha criança?
→

A FAPE e o LRE estão bem próximos um do outro. Ambas as leis de educação especial, a federal e a do estado de Massachusetts, requerem que a Junta considere a educação apropriada em um ambiente menos restritivo. Para auxiliar a sua criança a ser bem sucedida, a Junta precisa considerar, cuidadosamente, se os apoios suplementares, os serviços e o ensino especializado podem fazer o possível para o seu filho a ser ensinado junto com os colegas não-deficientes. Se os serviços podem ser fornecidos, apropriadamente, num cenário menos restritivo, a Junta deve escolher este tipo de programa e este tipo de ambiente. Se o programa do aluno requer um ambiente mais restritivo para que se desempenhe melhor, então a Junta deve considerar outras opções de ambientes. A Junta deve observar sala por sala, atividade por atividade, e só remover o seu filho das classes do currículo geral se, e somente se, os apoios e os serviços suplementares não estiverem funcionando para que o aluno permaneça nesta sala de aula e tenha um progresso eficaz. 

→
Como é feita esta determinação?
→

A determinação do LRE é baseada no IEP de sua criança, e não em um diagnóstico ou em algum rótulo específico de deficiência. Esta determinação deve ser feita individualmente e com muito cuidado. Os alunos não podem ser colocados num ambiente separado ou mais restritivo, só porque eles precisam de uma modificação do currículo. É importante

lembrar que a Junta não tem de escolher entre uma assistência especializada para o aluno e a sua inclusão na sala de aula com ensino regular; os alunos estão intitulados a ambas as coisas. Depois que a Junta tiver desenvolvido o IEP e entender as necessidades e as metas para a sua criança, então a Junta determinará o ambiente mais apropriado para que ela receba os serviços. A LRE faz parte integral da determinação da colocação do aluno no programa certo.

Salvaguardas de Procedimento

Procedimentos específicos que protegem os direitos dos pais e dos alunos portadores de deficiência são feitos para ajudar a tornar os complicados processos de educação especial mais previsíveis e confiáveis. Eles são designados para garantir que os procedimentos apropriados sejam seguidos, assim como para que a educação especial e os serviços relacionados sejam individualizados para cada aluno.

Alguns das Salvaguardas de Procedimento, já mencionados neste Guia, são:

Cronograma — exemplos:

- Especialistas credenciados e treinados completam as avaliações no prazo de 30 dias lectivos, a partir do consentimento por escrito para a avaliação;
- A Junta se reúne para determinar a qualificação e, sendo o caso, desenvolve o IEP proposto para os alunos, fornecendo cópias do mesmo para os pais no prazo de 45 dias, a partir do consentimento por escrito para a avaliação;
- A escola envia o IEP para o pai imediatamente após o seu desenvolvimento na reunião da Junta.
- O pai aceita ou rejeita o IEP, no prazo de 30 dias, depois do recebimento do mesmo.

Consentimento — O pai tem o direito de dar ou recusar o seu consentimento em pontos principais, tais como:

- Avaliação
- Serviços do IEP
- Decisões de colocação



←

Quais são algumas das salvaguardas de procedimento?

←

Requerimentos da avaliação — As avaliações especificamente requeridas e os requerimentos referentes às avaliações apropriadas também são considerados como salvaguardas (veja a secção “Avaliação Apropriada” p.11).

Desenvolvimento do IEP — Muitos elementos do IEP funcionam como salvaguardas para o aluno, de modo a garantir que os serviços sejam compreensíveis e individualizados.

As salvaguardas de procedimento se relacionam a muitos aspectos do processo de educação especial, incluindo a qualificação, a avaliação, o IEP, a colocação e o próprio fornecimento de educação especial. Por exemplo, uma das salvaguardas principais para os pais é o direito de receber uma nota por escrito quando quer que o distrito escolar se proponha, ou se recuse, a iniciar ou a alterar aspectos principais dos serviços que o aluno recebe. Os pais são encorajados a revisar cuidadosamente o folheto “Os Direitos dos Pais” (Parent’s Rights Brochure), o qual tem sido preparado como um meio de informá-los sobre os seus direitos no processo de educação especial. O folheto “Os Direitos dos Pais” está disponível para os pais a qualquer momento, quando solicitado nos distritos escolares, e é sempre fornecido pela escola quando uma solicitação inicial para uma avaliação é recebida, bem como em outros momentos do processo do IEP.

→
Quando recebo uma cópia do folheto Os Direitos dos Pais?
→

→
Os direitos do meu filho mudam conforme a sua idade?
→

→
Qual é a “idade da maioria”?
→

Os alunos, como já dissemos na secção sobre a participação dos pais e dos alunos, são o centro dos processos, e quaisquer direitos que os pais tenham advêm do direito que o aluno tem a uma Educação Pública Apropriada e Gratuita. Conforme os alunos ficam mais velhos, a participação dos mesmos no planeamento dos serviços de educação especial de que recebem se torna mais activa, inclusive a sua participação na reunião da Junta, aos 14 anos (ou até mesmo mais cedo, se for apropriado), e a transferência dos direitos que os pais têm para o aluno, quando este se torna idade da maioria.

Em Massachusetts, 18 anos é a “idade da maioria”. A menos que tenha havido uma decisão judicial concedendo a responsabilidade a um outro adulto, os alunos com 18 anos de idade são considerados adultos e competentes a tomar suas próprias decisões, não importando a severidade de sua deficiência, incluindo-se aí as decisões com referência a todos

os assuntos de educação especial. O formulário do IEP de Massachusetts oferece aos alunos com 18 anos a oportunidade de delegar a responsabilidade, se assim prefere. Os pais e os alunos devem ser notificados sobre esta transferência de direitos para o aluno, e o impacto que isto causa sobre o aluno e os pais, pelo menos 1 ano antes do aluno completar 18 anos. Quando o aluno completa 18 anos, ele ou ela tem plena autoridade para consentir, ou recusar, os serviços. O distrito escolar não pode supor que os serviços serão automaticamente aceitos pelo aluno adulto; assim, o distrito terá de buscar o consentimento do aluno para todos os serviços prescritos no IEP, quando ele completar 18 anos. Nem o pai e nem o distrito escolar podem reverter a decisão do aluno adulto, a não ser que haja um responsável apontado pela corte de justiça. O aluno é responsável por assinar o IEP, e, como qualquer adulto, o aluno pode retirar sua vontade de partilhar ou de delegar estas decisões a qualquer momento. Quando os alunos alcançam a idade da maioria, os pais continuam a ter o direito de receber todas as avisos por escrito e a ter acesso aos registros escolares do aluno. A responsabilidade (ou seja, a tutela) é um assunto complexo, por isso, recomendamos que qualquer um que questione a necessidade de um responsável (ou guardião) para o seu filho deve consultar um advogado (confira, na seção “Recursos” p.38, os serviços gratuitos ou a custos reduzidos).

As Salvaguardas de Procedimento também protegem os direitos dos alunos e das famílias que não falam inglês. Se o inglês não é a sua língua materna, a escola deve providenciar-lhe um intérprete sem nenhum custo adicional. Documentos escritos, tais como o IEP e as avaliações, devem ser traduzidos também em sua língua materna. Se você não consegue ler em língua alguma, ou se tiver um impedimento visual ou de audição, a escola é obrigada a fazer todos os esforços que respondam a essas necessidades. Tais esforços podem ser o uso do braille, a língua de sinais, a tradução oral de documentos escritos, ou o fornecimento de outros meios de comunicação que sejam eficientes e permitam que você entenda as informações e possa comunicar-se com a escola.

Alguns alunos portadores de deficiência estão aptos a se desenvolver na escola sem a educação especial, embora requeiram algum tipo de adaptação ou serviço de apoio. Uma lei conhecida como seção 504 do Código de Reabilitação de



←
Há salvaguardas especiais para alunos ou famílias cuja primeira língua não seja o inglês?
←

←
E se for determinado que meu filho não se qualifica para a educação especial?
←

1973 (Section 504 of the Rehabilitation Act of 1973) oferece, aos alunos portadores de deficiência, tanto os serviços como as adaptações necessárias para que o aluno participe inteiramente da vida escolar. Para receber os serviços sob a seção 504, é preciso que o aluno tenha um impedimento físico ou mental que impeça bastante as atividades principais da vida, e que requeira adaptações especiais. As atividades principais da vida incluem funções tais como respirar, andar, aprender, cuidar de si próprio, ver, falar, desempenhar atividades manuais, ouvir e trabalhar. Como a lei IDEA, o Plano da seção 504 garante aos alunos portadores de deficiência o direito à FAPE.

O que é o Plano 504?

A seção 504 oferece a mesma abordagem da Junta, um plano por escrito, adaptações apropriadas, serviços, programas e uma revisão periódica dos serviços. O “Plano 504” pode assegurar aos alunos portadores de deficiência a oportunidade de estarem presentes em todos os aspectos da vida escolar. Adaptações para atividades não-acadêmicas e extra curriculares, equipamentos adaptados ou aparelhos de tecnologia assistiva, um assistente, assistência para com as necessidades de saúde, transporte escolar e outros serviços relacionados são, todos, tipos de adaptações possíveis sob o Plano 504.

E se eu discordar da escola quanto ao que é certo para o meu filho?

É importante discutir as suas preocupações e as áreas de desacordo com a escola antes de entrar nos devidos procedimentos dos processos mais formais. Este pode ser o meio mais rápido e mais fácil para se resolver um conflito. Se você não pode entrar em acordo com a escola, você tem o direito de discordar das decisões da escola que se referem ao seu filho. Estas decisões podem ser sobre:

- A elegibilidade de seu filho para a educação especial;
- A avaliação de educação especial do seu filho;
- A educação especial e os serviços relacionados que a escola fornece para o seu filho; ou
- A colocação educacional de seu filho.

O que fará o Departamento de Educação do Estado se eu discordar do distrito escolar?

Se não estiver contente com alguma das áreas acima, você tem várias opções. A primeira opção é encontrar-se com o administrador de educação especial de sua escola e tentar alcançar um acordo sobre as necessidades e os serviços de seu filho. Os distritos escolares locais frequentemente têm

procedimentos específicos, locais, para resolver as reclamações dos pais. Pergunte se o seu distrito tem esses tipos de procedimentos.

A lei tem estipulado o Sistema de Resolução de Problemas (Problem Resolution System) a nível estadual. Em Massachusetts, o Sistema de Resolução de Problemas é administrado pelo Escritório do Programa Garantia de Qualidade (Program Quality Assurance—PQA), do Departamento de Educação. Os pais podem ligar para o PQA para fazer perguntas sobre as leis e os regulamentos relacionados a uma questão específica. Para que uma reclamação seja revisada pelo PQA, ela tem de ser preenchida por escrito. (Veja a p. 38 para a informação de contacto).

O especialista em educação do PQA revisará sua reclamação para determinar se as leis e os regulamentos de educação estão sendo seguidas. Os pais e os oficiais da escola terão a oportunidade de fornecer dados por escrito e de falar com o especialista do PQA sobre o assunto(s) apresentado. Quando a revisão estiver completa, uma carta, explicando os resultados dessa revisão e as subseqüentes ações tomadas para resolver a questão(ões) será enviada para os pais. Se a escola não estiver de acordo com os requerimentos da lei, o DOE dará o veredicto de não-cumprimento da lei e trabalhará junto à escola para corrigir o problema.

Os pais de crianças portadoras de deficiência têm diferentes opções disponíveis para resolver as disputas com a escola quando se trata da educação de seus filhos. Eles podem contatar o PQA (descrito acima) ou a Escritório de Apelações de Educação Especial (BSEA) sobre qualquer assunto relacionado à identificação, serviços de avaliação, ou a colocação de seu filho.

A BSEA é uma organização independente, localizada junto ao Departamento de Educação de Massachusetts. Ela é notificada pelo sistema escolar a respeito de todos os IEPs assinados como rejeitados. No prazo de 5 dias letivas do recebimento de um ofício por escrito de um IEP rejeitado, o distrito escolar deve enviar uma notificação para a BSEA sobre a rejeição desse IEP. A BSEA oferece várias opções para a resolução da disputa. O pai pode usar um ou mesmo todas as opções. Mais de uma opção pode ser usada, quando necessário. Entre estas opções se incluem:



←
O que faz a Escritório de Apelações de Educação Especial?
←



Mediação: um processo voluntário e informal, em que você e a escola se reúnem com um mediador imparcial para conversar abertamente sobre as áreas que vocês discordam para tentar, dessa modo, alcançar um acordo.

Opinião Consultiva : um processo em que você e a escola concordam em que cada uma das partes apresente os detalhes do caso, num período limitado de tempo, junto a um Auditor Oficial imparcial, que dará uma opinião de como a lei seria aplicada na situação apresentada. Uma opinião consultiva não é escrita nem obrigatória, e permite que o pai ou o distrito leve o caso para uma audição, caso qualquer das partes esteja insatisfeita.

Audição: um processo em que cada uma das partes, você e o distrito, apresenta o caso junto a um Auditor Oficial imparcial, o qual tomará uma decisão definitiva, por escrito, visando o melhor para o aluno. Uma audição é um procedimento legal razoavelmente complexo e que dura, em média, de três a cinco dias.

Em geral, os pais que prosseguem com o sistema de processo jurídico consultam um advogado ou buscam por representação. Para maiores informações sobre serviços legais gratuitos ou a baixos custos, veja a secção “Recursos”, na página 38 deste Guia. Sempre que você entrar em contacto com a BSEA, ela lhe fornecerá informações por escrito sobre os seus direitos e suas responsabilidades.

→
O que acontece com os serviços de educação de meu filho, enquanto eu e a escola tentamos solucionar nossas diferenças?

Quando há uma disputa entre o pai e o distrito escolar com relação a um aluno qualificado, se o pai ou o distrito busca resolver a disputa através da BSEA, o aluno está intitulado ao “fique onde está” (stay put). “Fique onde está” significa que o aluno elegível tem o direito de continuar a receber os serviços e a colocação descritos no IEP, e que tinham o acordo prévio do pai, até que a disputa seja resolvida através de uma apelação junto à BSEA, ou que o pai concorde com outros serviços ou colocação.

Esperamos que a necessidade de apresentar queixas, ou de participar de audições, seja uma ocasião rara em sua vida. A melhor defesa contra mal-entendidos são boas informações e a comunicação entre as partes. Temos a esperança de que este Guia continue a servi-lo como uma fonte de recursos para o entendimento da educação especial.

Conclusão

Tratando-se de um esforço conjunto do Departamento de Educação de Massachusetts e da Federação para Crianças com Necessidades Especiais, este Guia foi desenvolvido como uma introdução e uma revisão sobre o recebimento de serviços de educação especial, de acordo com as leis federal e estadual. Houve muitas mudanças, recentemente, nas leis que orientam a educação especial no estado de Massachusetts, assim como em todo o país. É muito importante o fornecimento de informações e de treinamentos para as famílias e também para as escolas, no que diz respeito a estas mudanças. Os vinte e cinco anos de educação especial em Massachusetts desenvolveram recursos tremendos, disponíveis para a educação das crianças com necessidades especiais. Esperamos que este Guia lhe ajude a entender algumas das complexidades das leis e do processo de educação especial, e que ele possa, além do mais, ajudá-lo a auxiliar a sua criança a alcançar a sua potencial individual de educação.

Os Departamentos de Educação estadual e federal estão entre as agências que providenciam fundos para a Federação para Crianças com Necessidades Especiais, de maneira que a Federação possa dar treinamentos e assistência especializada para as famílias que tenham crianças com necessidades especiais. Os seminários e palestras de treinamento da Federação, em todo o estado, proporcionam informações mais detalhadas referentes aos tópicos mencionados neste Guia. Para maiores informações, entre em contacto com a Federação, no telefone 1-800-331-0688, ou visite o “website” www.fcsn.org. Os recursos listados no Apêndice a seguir podem lhe fornecer uma assistência adicional.



Recursos

Federação para Crianças com Necessidades Especiais

(800) 331-0688
TTY (617) 236-7210
1135 Tremont Street, Ste. 420
Boston, MA 02120
www.fcsn.org
Escritórios Satélites da Federação:
Central Mass Office: 508-798-0531
Western Mass Office: 413-323-0681

Disability Law Center*

(800) 872-9992
VOICE/TTY (617) 723-8455
11 Beacon Street, Suite 925(800) 872-9992
Boston, MA 02108

Disability Law Center—Western Mass.*

(800) 222-5619
(413) 584-6337
TTY (413) 586-6024
22 Green Street
Northampton, MA 01060

Family Ties

(508) 947-1231
Mass. Department of Public Health
109 Island Road
Lakeville, MA 02347
www.massfamilyties.org

Massachusetts ARC

(781) 891-6270
217 South Street
Waltham, MA 02453

Massachusetts Advocacy Center

(617) 357-8431
TTY (617) 357-8434
100 Boylston Street, Suite 200
Boston, MA 02116

Mass. Association of Special Education Parent Advisory Councils (MASSPAC)

781-784-8316
P.O. Box 167
Sharon, MA 02067
www.masspac.org

Parent Professional Advocacy League (PAL)

(617) 227-2925
15 Court Street, Suite 1060
Boston, MA 02108
www.ppal.net

Parents for Residential Reform

(800) 672-7084
TTY (617) 236-7210
1135 Tremont Street, Ste. 420
Boston, MA 02120
www.pfrr.org

Volunteer Lawyers Project*

(617) 423-0648
TTY (617) 338-6790
(VLP of the Boston Bar Association)
29 Temple Place, 3rd Floor
Boston, MA 02111

AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Massachusetts Department of Education (DOE)
(781) 338-3000
Bureau of Special Education Appeals
(781) 338-6400
Program Quality Assurance
(781) 338-3700
350 Main Street
Malden, MA 02148
www.doe.mass.edu/sped

**Estas agências oferecem serviços gratuitos e a custos reduzidos para pessoas com rendimentos qualificados.*

Recursos, continuação

Bureau of Transitional Planning

(617) 727-7600

Executive Office of Health and
Human Services

1 Ashburton Place, Room 1109

Boston, MA 02108

Massachusetts Commission for the Blind

(800) 392-6450

TTY (800) 392-6556

88 Kingston Street

Boston MA 02111

Massachusetts Commission for Deaf

and Hard of Hearing

(800) 882-1155

TTY (800) 530-7570

210 South Street 5th Floor

Boston MA 02111

Massachusetts Department of Mental Health

(800) 221-0053

25 Staniford Street

Boston, MA 02114

Massachusetts Department of Mental

Retardation

(617) 727-5608

TTY (617) 727-9866

160 North Washington Street

Boston, MA 02114

Massachusetts Department of Public Health

(617) 624-6000

TTY (617) 624-6001

250 Washington Street

Boston, MA 02108

Massachusetts Department of Social Services

(617) 748-2000

TTY (617) 348-5599

24 Farnsworth Street

Boston, MA 02108

Massachusetts Department of Transition

Assistance

(617) 348-8500

TTY (617) 348-5599

600 Washington Street

Boston, MA 02111

Recipient Services: (800) 445-6604

Massachusetts Rehabilitation Commission

(617) 204-3730

Fort Point Place

27-43 Wormwood Street

Boston, MA 02210

U.S. Office for Civil Rights

(617) 223- 9662

FAX (617) 223-9669

U.S. Department of Education

J.W. McCormack P.O.C.H., Room 707

Boston, MA 02109

(para queixas ref. à secção 504 e ADA)

